

Alto Douro Vinhateiro Património Mundial

Índices socioeconómicos: balanço de uma década

Esmeralda Paupério, Xavier Romão, Domingas Vasconcelos, Teresa Ferreira | ICOMOS Portugal

No passado dia 14 de dezembro de 2013 completaram-se 13 anos desde a inscrição, pela UNESCO, do Alto Douro Vinhateiro na Lista do Património Mundial. Far-se-á, no presente artigo, uma avaliação das repercussões socioeconómicas que a distinção deste território provocou nas comunidades locais.

Apresentam-se os resultados da análise de estatísticas demográficas e sociais referentes aos 13 concelhos que integram a área do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial (ADV-PM). Os indicadores analisados apenas dizem respeito à população residente nesses concelhos e têm por base informação obtida a partir dos Censos 1991, 2001 e 2011, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Esta análise pretende avaliar se a classificação deste território pela UNESCO trouxe mais-valias visíveis para a população residente, não se discutindo, por isso, a evolução de outros tipos de indicadores de crescimento económico e financeiro. Considera-se que a classificação de Património Mundial de um determinado território deverá refletir-se em benefícios para a população residente que, compreendendo a mais-valia que o seu bem representa, se tornaria o seu principal promotor, alavancando toda uma dinâmica integrada.

Identificação: o Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial (ADV-PM)

O Alto Douro Vinhateiro é a parte mais representativa e melhor preservada da Região Demarcada do Douro, cuja primeira demarcação remonta a 1756. A área de 24 600 ha, abrangida pelo ADV-PM (fig. 1), representa cerca de um décimo da Região Demarcada do Douro (250 000 ha, dos quais

aproximadamente 48 000 ha com vinha), estendendo-se ao longo das encostas que se erguem em cada uma das margens do rio Douro e seus afluentes.

Há, por vezes, ambiguidades na delimitação do território a que se está a referir. De facto, o polígono que define a Região Demarcada do Douro é diferente da área abrangida pelo ADV-PM, o que levanta problemas de delimitação com repercussões na tutela, no planeamento e na gestão do território e também do bem inscrito na Lista do Património Mundial.

Acresce que, no que se refere à cartografia do território abrangido pelo ADV-PM e sua zona de proteção, e particularmente aos documentos onde são definidos os limites

destas áreas, a cartografia atualmente existente apenas está disponível à escala 1:25 000. Esta escala é manifestamente insuficiente para se tratarem planos de pormenor e para se demarcar com rigor os limites territoriais, sendo este facto origem de muitas ambiguidades. Torna-se urgente estabelecer cartografia certificada e com uma escala ou parametrização tal que permita o necessário rigor na correspondência com o cadastro e com o território, bem como a indispensável clareza na georreferenciação da informação pertinente.

1 | Localização do ADV-PM.
Fonte: Aviso n.º 15170/2010, in Diário da República, 2.ª série, n.º 147, de 30 de julho de 2010.



Contribuição territorial para o ADV-PM de cada concelho

Do ponto de vista do território, apresentam-se, em seguida, as contribuições de cada concelho para a área global classificada. Os dados apresentados incluem a área total de cada concelho (gráfico 1a) e a percentagem da área de cada concelho que faz parte do território do ADV-PM (gráfico 1b). Os valores representados no gráfico 1b são ainda apresentados no gráfico 1c em termos de área efetiva. De forma a complementar estes dados e a representar de forma mais objetiva o grau de envolvimento de cada concelho no território do ADV-PM, o gráfico 1d apresenta a contribuição percentual da área de cada um dos concelhos no território classificado.

Salienta-se que a análise desta informação é fundamental dado que permite avaliar o peso de cada concelho na globalidade do território classificado e, assim, interpretar de forma correta a informação subsequente. Neste contexto, salientam-se alguns aspetos tais como:

- A área de 7 dos 13 concelhos envolvidos representa cerca de 77% do território

classificado (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Peso da Régua, Sabrosa, São João da Pesqueira, Tabuaço e Vila Nova de Foz Côa);

- O maior concelho (Torre de Moncorvo, com mais de 53 000 ha) apenas contribui com cerca de 1% do seu território para a zona classificada, representando cerca de 2,5% desta;
- O concelho com maior área efetiva na zona classificada é São João da Pesqueira, que representa cerca de 18% do território do concelho e quase 20% da área do ADV-PM;
- O concelho com maior representação percentual na zona classificada é Mesão Frio, em que cerca de 30% do seu território faz parte do ADV-PM, representando, no entanto, apenas cerca de 5% deste.

Crescimento de população

Relativamente ao total de população residente, o gráfico 2a apresenta a população residente da totalidade dos concelhos que fazem parte do ADV-PM registada em 1991, 2001 e 2011, enquanto o gráfico 2b apresenta a variação percentual

dessa população, de 1991 para 2001 e de 2001 para 2011.

A leitura desta informação permite observar que, em termos globais, os 13 concelhos que integram o ADV-PM perderam, em população residente, 11 604 indivíduos, entre 1991 e 2001, e 12 160 indivíduos, entre 2001 e 2011. Atendendo a que a perda de população residente entre 2001 e 2011 é semelhante à que foi observada entre 1991 e 2001 (cerca de 6,7% e 6% do total de residentes, respetivamente), verifica-se que a classificação como Património Mundial, aparentemente, não fomentou o desenvolvimento de mecanismos que invertessem esta tendência.

Apresentam-se, seguidamente, os gráficos 3 e 4 que representam a população residente por concelho e a variação da população de cada um desses concelhos, de 1991 para 2001 e de 2001 para 2011.

A observação destes gráficos permite verificar que, à exceção de Vila Real, todos os restantes concelhos têm vindo a perder população residente num processo contínuo

GRÁFICO 1 | a - Área de cada concelho; b - Percentagem da área de cada concelho que integra a zona classificada; c - Área efetiva de cada concelho que integra a zona classificada; d - Percentagem com que cada concelho contribui para o total da zona classificada.

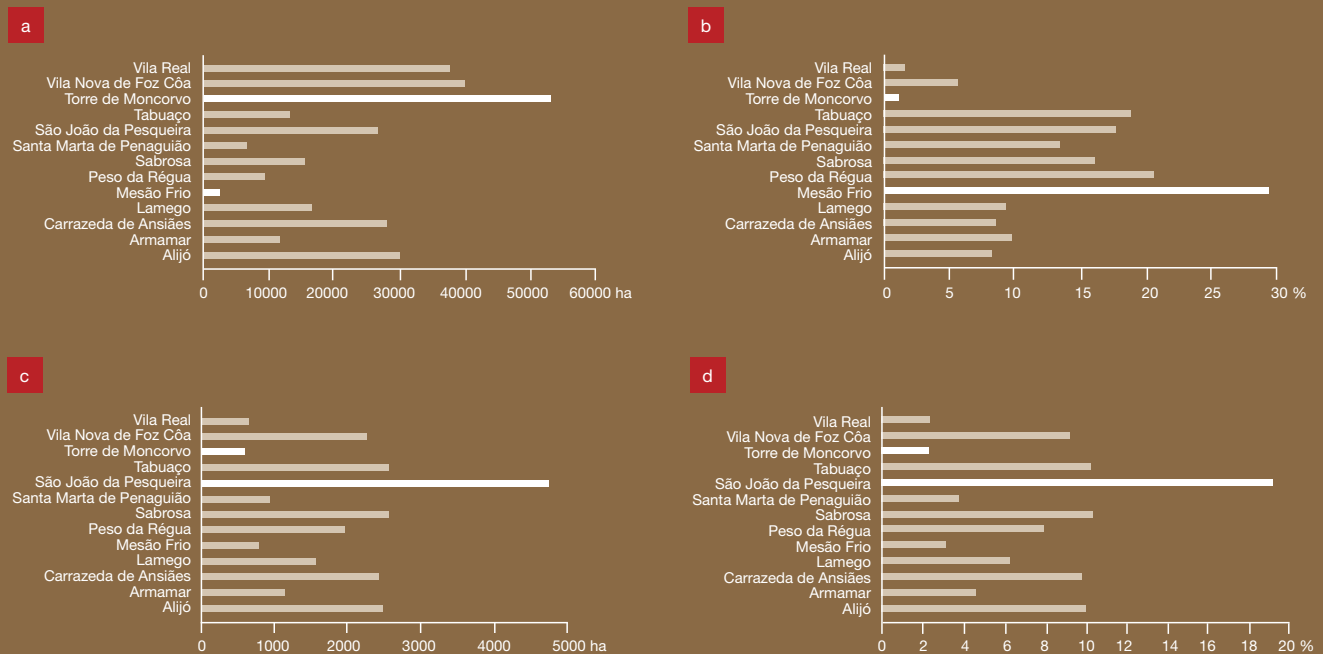


GRÁFICO 2 | a - Total de população residente entre 1991 e 2011; b - Total da variação da população residente (informação obtida dos Censos 1991, 2001 e 2011).

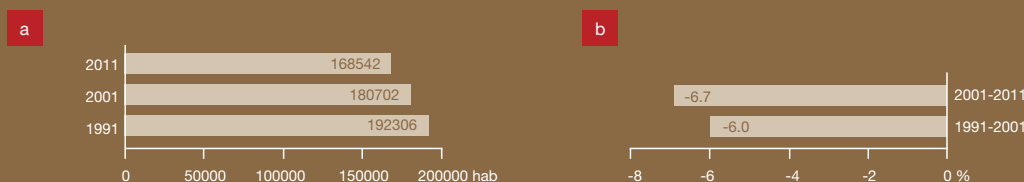


GRÁFICO 3 | População residente por concelho, entre 1991 e 2011 (informação obtida dos Censos 1991, 2001 e 2011).

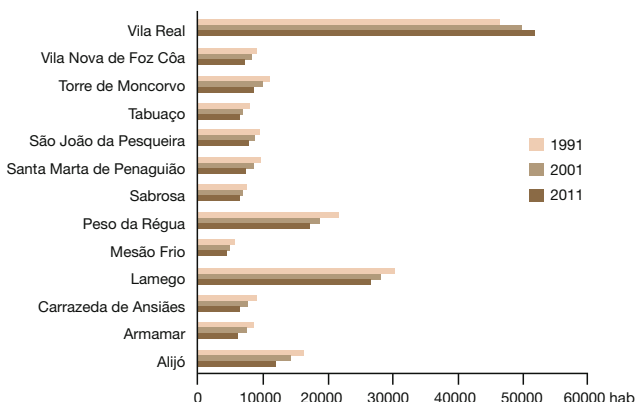
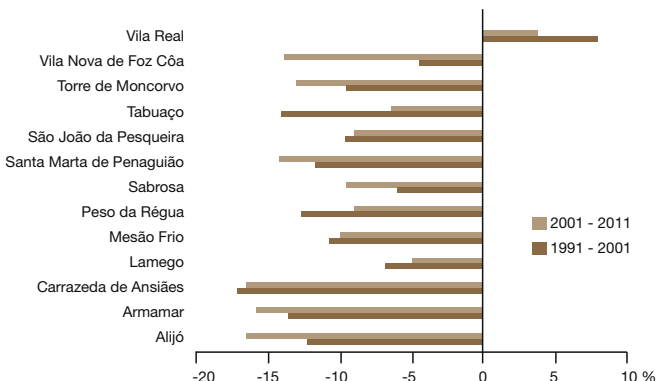


GRÁFICO 4 | Variação da população residente por concelho entre 1991 e 2011.



desde 1991. Face à pequena área territorial com que Vila Real contribui para o território ADV-PM (cerca de 2,5%), o seu crescimento populacional neste período (que é cerca de metade do observado entre 1991 e 2011) não é relevante para esta análise, nem pode ser interpretado como resultante de mecanismos de desenvolvimento associados à área classificada.

Os concelhos que tiveram maior perda de residentes, na década 2001-2011, foram Alijó, Carrazeda de Ansiães e Armamar, respetivamente, tendo, no entanto, Carrazeda de Ansiães perdido menos residentes entre a década de 2001-2011 do que entre a década 1991-2001. Por outro lado, os concelhos onde se observa a menor perda de residentes são os de Lamego e Tabuaço. Salienta-se, ainda, que o concelho com maior área efetiva na zona classificada, São João da Pesqueira, apresenta uma variação da população residente semelhante nos períodos 1991-2011 e 2001-2011, o que indica que a classificação como Património Mundial não levou a que fosse invertida a tendência demográfica da população residente.

Envelhecimento

De forma a avaliar o envelhecimento da população dos 13 concelhos que fazem parte da ADV-PM, foi calculado para cada concelho o índice de envelhecimento da população residente, registada em 2001 e em 2011, de acordo com a metodologia proposta pelo INE. Assim, o índice de envelhecimento corresponde à relação entre o número de idosos (população com 65 ou mais anos) e o número de jovens (população com 0-14 anos), sendo definido de forma a representar o número de idosos existentes por cada 100 pessoas com 0-14 anos.

A observação do gráfico 5 permite constatar o aumento generalizado do índice de envelhecimento em todos os concelhos, sendo Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães e Vila Nova de Foz Côa os concelhos com maior índice de envelhecimento. Salienta-se, ainda, que Torre de Moncorvo é o concelho onde se observa o maior crescimento do índice de envelhecimento.

Os gráficos 6a e b apresentam a distribuição do total da população residente em todos os 13 concelhos em análise por faixas etárias e de acordo com os dados obtidos do INE. Apesar dos valores nos gráficos 6a e b, correspondentes às respetivas faixas etárias, não poderem ser diretamente comparáveis por se referirem a totais de população residente diferentes, observa-se uma tendência de decréscimo

da população residente na faixa etária dos 0-14 e dos 15-24.

Emprego

De modo a complementar a análise da população residente, considerou-se importante avaliar o seu nível de empregabilidade. À falta de outro indicador deste tipo de informação, apresenta-se, no gráfico 7, a evolução do número de pessoas registadas nos Centros de Emprego dos seus concelhos, para o período de Janeiro de 2004 a Janeiro de 2012, obtida com base nos relatórios “Desemprego Registrado por Concelho — Estatísticas Mensais” de Janeiro de 2004 a Janeiro de 2012, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. A observação desta evolução permite constatar que, apesar de haver períodos pontuais de decréscimo

GRÁFICO 5 | Índice de envelhecimento por concelho em 2001 e 2011.

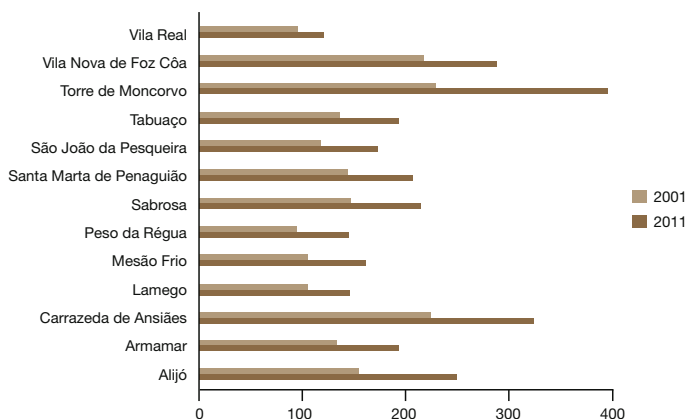
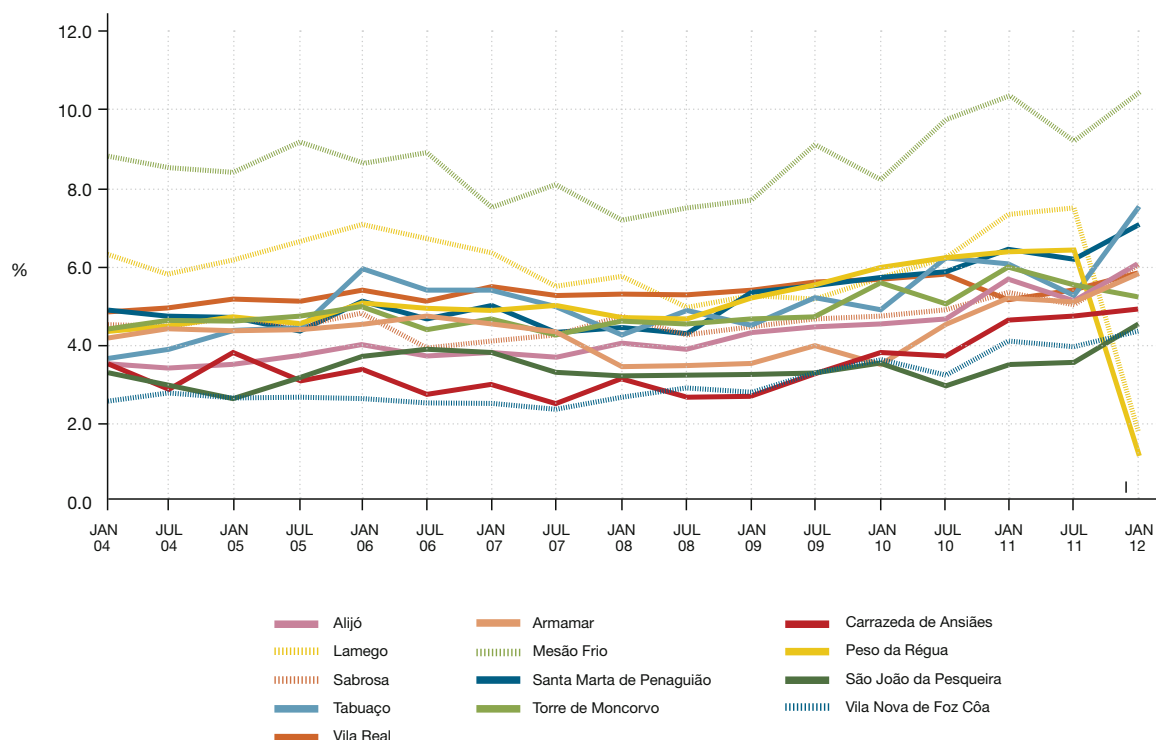


GRÁFICO 6 | Total da população residente nos 13 concelhos por faixa etária em 2001 e 2011.



GRÁFICO 7 | Evolução do número de pessoas registadas no Instituto do Emprego e Formação Profissional, de Janeiro de 2004 a Janeiro de 2012, nos 13 concelhos.



do número de inscritos nos Centros de Emprego em cada concelho, a tendência geral é de um aumento gradual do número de inscritos nestes Centros. Da análise destes dados importa referir o decréscimo substancial do número de inscritos nos concelhos de Lamego e de Peso da Régua, de Julho de 2011 para Janeiro de 2012, cuja causa não foi possível interpretar.

Conclusões

A análise efetuada aos indicadores demográficos e sociais mostra que,

tendo passado mais de uma década desde a inscrição do ADV na Lista do Património Mundial, desta distinção não resultaram benefícios evidentes, nem para o desenvolvimento local, nem para a população residente, ao contrário do que seria expectável.

A inversão da tendência observada nos indicadores demográficos avaliados, que se venha a traduzir numa efetiva fixação de população residente associada à diminuição dos índices de envelhecimento e de desemprego, será importante para uma real

valorização e manutenção desta paisagem fortemente marcada pela presença humana ao longo do tempo ■

“Local people, civil society, and elected local and national officials will play a key role in the design and implementation of heritage as a driver of development, and, through raised awareness of heritage, they will have ownership of the development process.”

ICOMOS. 2011. *Paris Declaration. On heritage as a driver of development.* Paris, UNESCO.